



Marilu Cabanãs
Jornalista, repórter da
Rádio Brasil Atual,
moderadora da roda de
conversa



Mariana Santos Assis
Professora e militante do
movimento negro



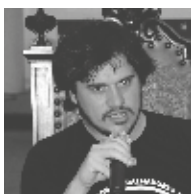
Iracema Santos
Quaresma de Assis
pedagoga, mãe de
Mariana



Carlos Damarindo
Secretário de Saúde do
Sindicato dos
Bancários e Financieiros
de São Paulo, Osasco e
Região



Gabriel Simeone
Um dos coordenadores
do Movimento dos
Trabalhadores Sem-Teto
(MTST)



Exemplos de vida e de luta

O 5º Congresso terminou com uma roda de conversa, intermediada pela jornalista Marilu Cabañas, sobre três experiências de resgate de direitos humanos, as dificuldades, as contradições, o sofrimento e as conquistas. Participaram da mesa, além da Jornalista, a professora Mariana Santos Assis, militante do movimento negro; Gabriel Simeone, que é um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST) e Carlos Damarindo, secretário de saúde do Sindicato dos Bancários e Financieiros de São Paulo, Osasco e Região. Marilu é repórter da Rádio Brasil Atual, trabalho que lhe rendeu vários prêmios, dentre os quais o 13º Troféu Mulher Imprensa, em 2018.

Ela decidiu começar a conversa com Mariana, uma sobrevivente da pobreza e do racismo, entrevistando primeiro a mãe, Iracema Santos Quaresma de Assis. “Para começar já quebrando o padrão”, explicou. Mariana formou-se mestre em linguística aplicada e hoje cursa doutorado em teoria e história literária na Unicamp, além de dar aulas na rede municipal de São Paulo e militar no movimento negro.

Marilu – Iracema, como é ter uma filha formada dentro dessa trajetória, numa época em que não havia política pública que ajudasse?

Iracema - Foi difícil, mas sinto muito orgulho quando olho para trás. Trabalhava em casa de família e a Mariana sempre, desde pequenininha, sempre falava: - Mãe, vou estudar na Unicamp. Vou estudar na Unicamp. Nessa época nem entendia direito o que era faculdade, para ser sincera. Hoje ainda não sei, mas tenho um pouco mais de noção. Ela estudava em escola pública, entrou naquele cursinho, sabe? Da Poli. Ela e a irmã, que conseguiu passar primeiro para (Universidade) Federal do Rio. Depois foi

ela, para a Unicamp. Hoje em dia, cada uma das três filhas tem sua vida, eu moro com uma só e aí, com 60 anos, fiz uma Faculdade de Pedagogia. Era um sonho que eu tinha.

Marilu - *Como era quando você era criança? Onde você morava?*

Iracema - Sou baiana de Boa Nova, Bahia. Minha mãe faleceu, fui criada com uma família. Estudei em escola que não era escola, não era em colégio, era em casa. Depois vim para São Paulo e acabei mudando de um lugar para outro muitas vezes, mas terminei a quarta série. Depois, só quando já tinha minhas filhas, fui fazer o ensino médio. E a faculdade com quase 60 anos. Fiz um estágio no CIEE para pagar.

Marilu - *Parabéns Iracema, você vai continuar aqui com a gente. Vou perguntar agora para sua filha. Mariana, você pode falar sobre a importância da sua mãe na sua trajetória?*

Mariana - O que ficou nítido quando comecei a dar aulas na rede pública é que a família ainda faz uma diferença muito grande na formação. É um diferencial que vem inclusive para refutar o discurso da meritocracia. Não é só uma questão de querer para conseguir, precisa de alguma base. Por mais que você não tenha condições financeiras e tudo o mais, ter uma família que pelo menos diga que existe a possibilidade de estudar, que existe a possibilidade de algo diferente daquilo que você vive, faz uma diferença muito grande. Quando você está muito distante da realidade mesmo de quem é pobre, certas coisas não fazem sentido. Por exemplo, o fato de que grande parte das pessoas da periferia ainda não sabem que existe universidade pública. Não sabem que existe. A pessoa quer até o limite do que sabe que existe. A população pobre hoje no mundo não tem direito ao sonho, porque não tem matéria do sonho. Quando você tem uma família, ela dá pelo menos, o direito de sonhar. Acho que é esse o papel da família.

Marilu - *A criança negra, a mulher negra tem uma condição pior ainda...*

Mariana - é ainda pior. Se o pobre não tem direito ao sonho, a pessoa negra tem ainda menos, porque ela sequer é um ser humano na nossa sociedade. O sonho é algo essencialmente humano e essa humanidade nos foi negada historicamente. Não é uma possibilidade o afeto, a própria família não é uma possibilidade. A gente tem uma mídia que inviabiliza a família negra, que mostra o amor negro sempre submetido a uma presença branca, que traz o aspecto humano que o negro não tem. A humanidade negra ainda está em construção.

Marilu - *Até que ponto a arte pode ajudar a mudar esse quadro?*

Mariana - Desconstruir essa ideia de animalização do sujeito negro é urgente, é essencial e a arte é uma produção essencialmente humana e altamente política. Os estudos literários são extremamente preconceituosos e limitados. Existe uma literatura negra forte, consolidada, com grandes nomes. Não é na escola que se aprende o que é o amor, o que é a tristeza, o que é a saudade, o que é a solidariedade. Aprendemos isso através da arte, da literatura. E quando a gente põe a literatura negra, o negro falando através da arte, da cultura, além de ter uma perspectiva nova, é uma perspectiva que vai de fato desconstruir as mentiras que nos foram contadas historicamente. Nós estamos dizendo que essas pessoas são seres humanos, que são capazes não só de sentir e vivenciar sentimentos humanos, mas de definir esses sentimentos.

“Não é na escola
que se aprende
o que é o amor,
o que é a tristeza,
o que é saudade,
o que é solidariedade
Aprendemos isso
através da arte”

Nos descaminhos um caminho



“Sou de uma família de classe média baixa, mãe separada, da região de divisa com Diadema, perto do zoológico. Minha mãe digitava as multas da CET. Veja: meu avô trabalhou na mesma fábrica a vida toda. Minha avó foi dona de casa, minha mãe teve quatro empregos. Eu tenho 32 anos e já tive pelo menos 10 (empregos). Minha mãe morou durante toda a vida em três casas. Minha avó em duas e eu, em pelo menos seis. Existe uma aceleração do mundo.”

Povo sem medo (São Bernardo do Campo/SP - 2017)

Total de Famílias

12 mil - cerca de 33 mil pessoas

62,2% composta por três pessoas

30,7% recebem Bolsa Família

Estão na escola

93,6% dos que têm 4 e 5 anos

97,6% dos que têm de 6 a 14 anos

83% dos que têm de 15 e 17 anos

População

Economicamente Ativa: 73,1%

Renda: R\$ 1.137,00

Mulheres: 53,4%

Negros: 59,8%

Desemprego: 41,8%

Ocupações mais comuns: diarista; ajudante geral; auxiliar de limpeza; garçom; motorista, auxiliar administrativo, operador de telemarketing e pedreiro.

Gabriel Simeone é um dos coordenadores do Movimento de Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Um movimento de luta por moradia que conseguiu angariar, em duas décadas, “um rol de conquistas”, nas palavras de Marilu Cabanas. “Desde a ocupação na avenida Paulista, em frente ao escritório da presidência da República, até a ocupação em São Bernardo do Campo, com milhares de sem-teto. Eles ocuparam e conquistaram”, disse a jornalista, que começou com uma provocação dizendo que, depois de tratar do racismo com Mariana, a conversa com Gabriel iria falar sobre os sem-teto, outro grupo de pessoas mal vistas na sociedade “porque invadem. Na realidade não invadem, ocupam. Estou justamente querendo provocar essa discussão. Como você, tão jovem, se engajou no movimento sem-teto?”, perguntou, provocando na verdade, o início de um forte, profundo e honesto depoimento sobre como é a vida de um jovem pobre na grande cidade de São Paulo.

“Fui parar no MTST porque escolhi uma profissão. Escolhi ser eletrônico e fui fazer Senai longe de casa. No Senai conheci um colega, fomos fazer estágio numa firma e as coisas deram muito errado. Acabou que fui morar no Campo Limpo e o MTST fez uma ocupação do lado. E eu, como era meio acelerado, já morava na casa da sogra, não queria morar com ela e fui morar na ocupação. Foi esse mais ou menos o caminho.” Assim Gabriel explica a sua chegada ao MTST aos 17 anos de idade, começando o que ele define como o “tempo em que pude decidir o que fazer da vida”.

Hoje, aos 32 anos e alguns casamentos depois, Gabriel reconhece um grande amadurecimento nestes 15 anos de militância. “Pude conhecer o outro lado da vida da minha mãe”, disse o militante, que se descobriu parte de uma história nada especial. “Não havia particularidade alguma naquela situação, ela era mais uma pessoa que trabalhava para tentar, no limite da vida, manter as coisas funcionando. As pessoas que vão parar no MTST são pessoas desse tipo”, descreveu.

Ele responde à provocação de Marilu expondo o grande dilema de um ocupante. “Lutam por uma propriedade, combatendo outra. Essa contradição é absurdamente corrosiva. As pessoas se sentem mal. Pensa a vida de uma senhora ou senhor aposentado que, no limite, vai para a ocupação e monta seu barraco. Essa poderia ser a parte mais dura da luta, mas não é”, diz. Segundo Gabriel, a parte mais dura é quando essas pessoas voltam para a sua comunidade e reencontram seus vizinhos. “Nossas ocupações estão inseridas em bairros. As pessoas não moravam, em sua maioria, na rua; dividiam um cômodo em 6, 7, 8 pessoas; pagavam aluguel de dois terços do salário, às vezes até mais do que isso; moravam de favor, sofrendo humilhações. Essas pessoas continuam dividindo a ocupação com essa submoradia por um tempo”, explica.

O que ele diz ser doloroso é quando, por exemplo, um vizinho pergunta a essa senhora, “o que faz uma mulher honrada, conhecida na comunidade há tantos anos, querer tomar a terra dos outros e se enfiar no meio desse monte de vagabundo e drogado”. “Como essa senhora responde? Porque ela, em alguma medida, concorda com isso. A ida para a ocupação é a derrota de uma pessoa que trabalhou a vida toda. Ela não vê, assim como eu não via na minha mãe, aquilo como um problema social; ela sente culpa e muitas vezes, se deprime”, conta Daniel. Ele fala ainda que a luta por uma causa é vista com desconfiança pela sociedade, que termina por criminalizar a militância. “É vista como um oportunismo disfarçado”, afirma.

Gabriel termina com uma quase resignação: “Essa é a nossa vida”. Marilu encerra o assunto citando um estudo do Dieese que traçou o perfil dos moradores da ocupação de São Bernardo organizada pelo MTST e comprovou que a maioria era de trabalhadores, com filhos matriculados na escola e renda mensal.

Nova ordem dentro do caos

O terceiro participante, o bancário Carlos Damarindo, faz parte de uma das categorias mais afetadas pela tecnologia da informação. O perfil dos bancários mudou na mesma proporção da transformação por que passaram as instituições financeiras. As possibilidades de operações online e a comunicação máquina a máquina – a chamada 4ª onda de automação – reduziram o número de bancários, que não são mais operadores de caixas na sua maioria, mas gerentes. A função primeira também não é mais prestar serviços aos clientes, mas vender produtos financeiros. A paralisação das agências não afeta mais a economia como antes.

“No momento em que o Brasil passa por um desmonte por causa da reforma trabalhista, o Sindicato dos Bancários consegue um acordo que pode ser considerado histórico no meio desse desastre todo”, diz Marilu, ao apresentar o caso que Carlos iria contar. Os bancários conseguiram, em pleno ano da Reforma Trabalhista, aumento real e a manutenção dos termos da convenção coletiva por mais dois anos. Entre as mais de 70 cláusulas que foram mantidas está a licença maternidade de seis meses e o desconto do vale transporte de 4% do salário base. Para Carlos, no entanto, a maior vitória foi a garantia de que a convenção assinada agora vale para bancários do Brasil todo, “do extremo norte e do extremo sul”, por dois anos.

Ele conta que a vitória de hoje começou a ser construída em 2016, como fruto do reconhecimento de erros cometidos antes ainda, quando teve início a retomada dos movimentos de rua no país, e como uma tentativa de “criar uma nova ordem dentro do caos”. “Em 2014, quando começou o processo de movimento de rua, nós erramos também. Não fomos capazes de entender o que estava acontecendo, a questão do passe livre. Tem uma série de erros que aconteceu”, reconhece. A partir dessa reflexão, e com apoio de uma assessoria bem articulada que incluiu o Dieese e um quadro de sociólogos, segundo o sindicalista, os bancários conseguiram antecipar o que estava por vir. “A gente observou que o que vinha pela frente era um golpe, um golpe de estado. Um golpe do judiciário. Talvez na sua essência, do STF como um todo. Essa coisa da Lava Jato”, explica Carlos.

Prevendo que haveria uma retirada brutal de direitos trabalhistas, o Sindicato dos Bancários e a Confederação se organizaram para assinar, já em 2016, um acordo de dois anos. “Tivemos muitas críticas, mas já sabíamos que estava por vir uma reforma trabalhista que iria retirar direitos, estava começando a ser debatido o negociado sobre o legislado, enfim, a gente usou de uma estratégia”, explica o sindicalista. Estratégia que incluiu uma proximidade maior com a categoria, e o seu convencimento. “Por que se a categoria estiver contra... Tem 10 mil trabalhadores nas concentrações de um Bradesco, por exemplo, na Cidade de Deus. Dez mil trabalhadores nos atropelariam com muita tranquilidade. A gente tem que ocupar um espaço, convencer as pessoas da importância de ter um coletivo, da importância de viver coletivamente”, conta.

Entre os direitos que a categoria conseguiu manter, além da licença maternidade de seis meses (acima dos 4 meses legais), e do desconto de 4% do vale transporte, (quando a lei diz que é de 6%), está a inclusão na convenção, também, dos bancários que ganham acima de R\$ 11 mil. “A reforma diz que esse trabalhador teria de negociar individualmente”, explica. Os bancos tentaram compensar a derrota que sofreram retirando a participação nos lucros dos bancários e bancárias afastados por licença de saúde (maternidade, doença do trabalho ou doença comum), mas o resultado foi uma derrota ainda maior. “Foi a deixa para criar uma comoção. A categoria é formada na maioria por mulheres, são futuras mães, e isso invadiu as redes sociais. Eles tiveram de voltar atrás”, conta Carlos.



Fernando Frazão/Agência Brasil

“No momento em que o Brasil passa por um desmonte por causa da reforma trabalhista, o Sindicato dos Bancários consegue um acordo que pode ser considerado histórico”